

Argo Transmissão
de Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias do
exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanço patrimonial regulatório	7
Demonstrações do resultado regulatórias	8
Demonstrações do resultado abrangente regulatórias	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias	10
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Administradores da
Argo Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Argo Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Argo Transmissão de Energia S.A., com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Argo Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Argo Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias

A Argo Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de janeiro de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP-014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.212	21.468	Fornecedores	13	2.434	7.062
Títulos e valores mobiliários	7.1	195.661	221.705	Encargos sociais e trabalhistas	14	19.849	14.762
Concessionárias e permissionárias	8	71.602	58.272	Obrigações tributárias	15	11.272	9.944
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	5.434	56.985	Obrigações regulatórias	16	8.350	7.474
Tributos a compensar		374	327	Dividendos a pagar		95.295	26.877
Contas a receber - Partes relacionadas	19	3.867	3.571	Contas a pagar - partes relacionadas	19	6	-
Despesas pagas antecipadamente	9	380	3.956	Empréstimos e Financiamentos	17	89.569	95.615
Outros Ativos		13.807	5.598	Debêntures	18	68.778	52.828
Total do ativo circulante		312.337	371.882	Provisões		85	6.315
NÃO CIRCULANTE				Outros passivos		26.562	446
Fundos Vinculados - Caixa restrito	7.2	124.658	111.442	Total do passivo circulante		322.200	221.323
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	59.505	67.467	NÃO CIRCULANTE			
Outros Ativos		14	-	Empréstimos e Financiamentos	17	1.625.279	1.680.020
Imobilizado	11	1.959.926	2.024.514	Debêntures	18	497.446	542.195
Intangível	12	22.077	18.622	Contingências Passivas		542	-
Total do ativo não circulante		2.166.180	2.222.045	Provisões		9.530	10.000
				Total do passivo não circulante		2.132.797	2.232.215
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	20	499.811	499.811
				Reserva de lucros		1.282.498	1.335.359
				Prejuízos acumulados		(1.863.788)	(1.727.440)
				Dividendos adicionais propostos		104.999	32.659
				Total do patrimônio líquido		23.520	140.389
TOTAL DO ATIVO		2.478.517	2.593.927	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.478.517	2.593.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
OPERAÇÃO EM CONTINUIDADE			
Disponibilização do sistema de transmissão	22	645.995	603.114
RECEITA BRUTA		<u>645.995</u>	<u>603.114</u>
TRIBUTOS			
(-) PIS sobre faturamento	22	(10.988)	(9.944)
(-) COFINS sobre faturamento	22	(50.609)	(45.800)
ENCARGOS - PARCELA "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	22	(2.328)	(2.137)
FNDCT	22	(2.296)	(2.152)
MME	22	(1.148)	(1.076)
TFSEE	22	(702)	(2.100)
RECEITA LÍQUIDA		<u>577.924</u>	<u>539.905</u>
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"			
Serviços de terceiros	23	(17.481)	(14.739)
Materiais	23	(1.012)	(878)
Arrendamentos e aluguéis	23	(776)	(783)
Pessoal e administradores	23	(32.549)	(38.144)
Tributos	23	(192)	(152)
Provisão para contingência	23	(542)	-
Seguros	23	(551)	-
Depreciação e amortização	23	(67.273)	(66.800)
Outros gastos operacionais	23	(1.458)	(1.282)
Outras receitas operacionais		451	457
RESULTADO DA ATIVIDADE		<u>456.541</u>	<u>417.584</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>456.541</u>	<u>417.584</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	24	36.090	49.933
Despesas financeiras	24	(257.221)	(269.618)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>235.410</u>	<u>197.899</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	25	(12.161)	(1.239)
Diferido	25	(7.954)	1.979
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>215.295</u>	<u>198.639</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	215.295	198.639
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>215.295</u>	<u>198.639</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva		Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	Legal	de incentivos fiscais	de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		499.811	86.029	33.326	1.212.736	32.659	(1.558.063)	306.498
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	198.639	198.639
Dividendos pagos		-	-	-	(285.788)	-	(52.080)	(337.868)
Constituição de reserva legal	20	-	13.754	-	-	-	(13.754)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	20	-	-	51.059	(12.632)	-	(38.427)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	-	(3.158)	(3.158)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(23.719)	(23.719)
Constituição de reserva de retenção de lucros	20	-	-	-	236.875	-	(236.878)	(3)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		499.811	99.783	84.385	1.151.191	32.659	(1.727.440)	140.389
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	215.295	215.295
Constituição de reserva de incentivos fiscais	20	-	-	50.232	-	-	(50.232)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	-	(3.014)	(3.014)
Constituição de reserva de retenção de lucros	20	-	-	-	226.062	-	(226.062)	-
Dividendos adicionais aprovados	20	-	-	-	(236.874)	-	-	(236.874)
Dividendos intermediários	20	-	-	-	(92.281)	-	-	(92.281)
Dividendos adicionais propostos	20	-	-	-	-	72.340	(72.335)	5
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		499.811	99.783	134.617	1.048.098	104.999	(1.863.788)	23.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		215.295	198.639
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	7.954	(1.979)
Imposto de renda e contribuição social corrente		12.161	
Provisões		542	-
Amortização dos custos de transação	17	297	-
Custo de transação	17 e 18	13.173	-
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários		(34.922)	(49.933)
Depreciação e Amortização	18	67.273	66.800
Juros e variação monetária sobre debêntures	11 e 12	68.896	-
Juros e variação monetária sobre empréstimos	17	175.312	264.518
Caixa gerado pelas operações		525.981	478.045
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e permissionárias	8	(13.330)	(11.797)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	51.551	(25.758)
Tributos a compensar		(47)	-
Despesas pagas antecipadamente	9	3.576	(3.573)
Contas a receber - partes relacionadas	19	(296)	(3.051)
Outros ativos		(8.223)	1.453
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	13	(4.628)	2.397
Imposto de renda e contribuição social		720	3.996
Encargos sociais e trabalhistas	14	5.087	3.348
Obrigações tributárias	15	1.328	1.045
Obrigações regulatórias	16	876	1.446
Contas a pagar - partes relacionadas	19	6	-
Outros passivos		26.121	(623)
Provisões		(6.700)	623
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.873)	(7.964)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		569.149	439.587
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível		(6.140)	(2.370)
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	7.1	(143.009)	(394.180)
Resgates em Títulos e valores mobiliários	7.1	193.071	599.872
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		43.922	203.322
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(263.751)	(337.869)
Pagamento de principal de empréstimos	17	(85.895)	(239.658)
Pagamento de principal de debêntures	18	(56.356)	(43.455)
Pagamento de juros de empréstimos	17	(163.377)	-
Pagamento de juros de debêntures	18	(41.636)	(47.051)
Aplicações em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	(24.975)	26.646
Resgates em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	22.663	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(613.327)	(641.387)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(256)	1.522
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	21.212	21.468
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	21.468	19.946
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(256)	1.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo Transmissão de Energia S.A. (“Argo I” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, listada como categoria “B” na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 23 de março de 2016.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao MME - Ministério de Minas e Energia.

De forma integral, seu capital pertence à holding Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.

1.1 Concessão

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a Argo assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão:

- LT 500 Kv Bacabeira – Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada;
- LT 500Kv Parnaíba III – Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km;
- LT 500Kv Acaraú III – Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km;
- LT 500 Kv Acaraú III – Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente 150 km;
- Subestação Bacabeira 500 Kv;
- Subestação Parnaíba III 500 Kv e Compensador Estático (-150/300) Mvar;
- Subestação Acaraú II 500 Kv;
- Subestação Tianguá II 500 Kv;
- e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 14 de maio de 2019, obteve a Licença de Operação nº 1517/2019 (5027595), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), para a Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 - ANEEL. Em 7 de setembro de 2019, a Companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma, antecipando parcialmente o início de recebimento da RAP em cerca de 21 meses, e em dezembro de 2019 entrou totalmente em operação.

A Argo I tem um investimento total de aproximadamente R\$ 2.230.000. A Receita Anual Permitida – (RAP) foi determinada em R\$ 404.961 (valor histórico) na data do leilão e atualizada para R\$ 603.805 (valor para o ciclo 2023-2024) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL autorizou a implementação de reforços através das Resolução Autorizativa:

DSP nº 2940/2022 e 11 de outubro de 2022

Esse sistema terá como objetivo limitar a sobrecarga nos elementos do sistema de transmissão aos níveis de suas máximas capacidades de sobrecarga em emergência, bem como evitar a perda de sincronismo entre as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, quando de contingências nas linhas de transmissão de 500 kV que compõem as interligações entre essas regiões.

Implementação do Sistema Especial de Proteção SEP N-NE-SE, para atender a SE Acaraú III, SE Bacabeira, SE Parnaíba III e SE Tinguá II.com investimento previsto de R\$ 12.384 e Receita Anual Prevista de R\$ 2.158, cujo término da obra previsto para abril/2024.

Além disso, o mesmo despacho aprovou o projeto de melhoria na SE Bacabeira sem RAP associada.

Implementação do Sistema Especial de Proteção SEP N-NE-SE, contemplando as seguintes instalações: 2 IEDs (UPP/UPA), para atendimento a ambos os circuitos da LT 500 kV Bacabeira – Parnaíba III C1/C2; um painel dedicado e 1 GPS para sincronismo; 2 firewalls; 2 amplificadores ópticos, para atendimento às LTs 500 kV Bacabeira – Parnaíba III C1/C2; 2 switches na rede PRP e 1 Red Box para conectar ao SAGE.

1.2 Capital circulante líquido - CCL

A Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o montante de capital circulante líquido negativo de R\$ 9.863. Destacam-se como principais fatores para este cenário a aprovação de distribuição de dividendos adicionais a serem pagos até o final do exercício de 2024, e o aumento no montante de Outros passivos derivado principalmente dos saldos regulatórios de rateio de antecipação e recebimento pelo despacho da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que serão descontados no reajuste do ciclo em junho de 2024. Dentro deste contexto, seguindo o planejamento financeiro da Companhia, considerando o recebimento da receita pela disponibilização do sistema de transmissão a Companhia entende que possui liquidez satisfatória, e ressalta que conta com disponibilidade de linhas de crédito junto as instituições financeiras para honrar seus compromissos de curto prazo, se necessário.A

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida de acordo com os contratos de concessão de transmissão, feita por linhas e subestações que integram a rede básica.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

As concessionárias deverão manter o controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão.

3 Licenças Ambientais

O órgão responsável pelo licenciamento ambiental da ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A Argo obteve a respectiva licença ambiental requerida para a operação da Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II e Instalações Associadas:

- Licença de Operação nº 1517/2019, obtida em 10/05 de 2019 e válida por 10 anos.

Adicionalmente, para obtenção e manutenção da licença, é necessário autorizações e anuências específicas de diversos órgãos intervenientes.

4 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da outorgada, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo “IASB – *International Accounting Standards Board*”.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis do MCSE e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) estão descritas na nota explicativa nº 28.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As emissões das demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 28 de março de 2024.

As demonstrações contábeis regulatórias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

4.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

4.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

- **Avaliação de instrumentos financeiros** – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos quando aplicável, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra o quais serão utilizados.

- **Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis** – A Companhia constitui provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

A Companhia, também, constitui provisão com base nos relatórios dos seus consultores jurídicos para processos nas esferas trabalhista, cível, fiscal e/ou ambiental quando a expectativa de perda é provável, e a Companhia consta como ré do processo.

4.5 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso de transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

5 Políticas contábeis significativas

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), que sofreu uma revisão em 2021 e trouxe as seguintes alterações a partir de 2022:

- a) **Mudanças na aplicação de Pronunciamentos Contábeis (CPCs)**
 - (i) CPC 06 – Arrendamentos: aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia.
 - (ii) CPC 48 – PECLD - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: mudança na matriz da PECLD que deixa de ser uma matriz fixa e passa a ser histórica conforme previsto neste CPC.
- b) **Fornecedores:** A contabilização da compra de energia referente a variação cambial de Itaipu que anteriormente era reconhecida na Despesa Financeira e passará a ser contabilizado no grupo de Compra de Energia.
- c) **Pessoal – Estagiários:** as contabilizações de estagiários e programas de iniciação ao trabalho passam a ser contabilizadas no grupo de pessoal.
- d) **Imobilizado:** abertura do grupo de contas para apuração dos ganhos na alienação de bens reversíveis e não reversíveis.

- e) **Outros grupos de contas tiveram alterações para melhor apresentação do BMP, como:** abertura do grupo de encargos setoriais a compensar para P&D e PEE; ativo e passivo financeiro setoriais; contingências; imobilizado; base de cálculo das obrigações legais de investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento – P&D e eficiência energética – EE.

A Administração avaliou as mudanças acima e não identificou mudanças relevantes.

5.1 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração – Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante do funcionamento de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação – itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia considera o valor contábil residual, sem os efeitos do valor novo de reposição (VNR), pois para fins de indenização ao final da concessão o cálculo do ativo de contrato da concessão na contabilidade societária tem saldo zero ao final do fluxo de investimento e recebimento da concessão, e não há efeito de cálculo de correção do custo pelo valor novo de reposição (VNR).

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não depreciados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

5.2 Intangível

Reconhecimento e mensuração – registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização – a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

5.3 Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida – RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato do Uso do Sistema de Transmissão – CUST, que estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

5.4 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.5.1 Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Na análise para classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado:** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixas contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Se a Companhia possui o ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

5.5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

5.5.3 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Fundo vinculado – caixa restrito	Valor justo através do resultado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

5.6 Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas (“*impairment*”) a serem reconhecidos no exercício apresentado.

5.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas reconhecidas por redução ao valor recuperável aos ativos financeiros, quando aplicável.

5.8 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

5.9 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

5.10 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com o Manual Contábil do Setor Elétrico.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e depósitos bancários	21.212	21.468
Total	<u>21.212</u>	<u>21.468</u>

7 Títulos e valores mobiliários

7.1 Circulante

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos e valores mobiliários *	195.661	221.705
Total	<u>195.661</u>	<u>221.705</u>

(*) Aplicações financeiras em CDB de instituições financeiras e em Fundos Exclusivos Referenciados DI (referenciado na variação do CDI), com remuneração média de 105,11% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (102,41% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As carteiras dos Fundos são compostas exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

7.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta Reserva **	124.658	111.442
Total	<u>124.658</u>	<u>111.442</u>

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 98,12% do CDI (97,39% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

8 Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Encargos de Uso de Rede Elétrica	71.602	58.272
Total	<u>71.602</u>	<u>58.272</u>

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos a vencer	59.290	53.834
Títulos vencidos em até 30 dias	529	-
Títulos vencidos em até 90 dias	6.682	1.251
Títulos vencidos há mais de 90 dias	5.101	3.187
	<u>71.602</u>	<u>58.272</u>

9 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Seguros a apropriar *	380	356
Fiança Bancária	-	3.600
Total	<u>380</u>	<u>3.956</u>

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 27.

10 Imposto de renda e contribuição social a compensar

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se logo abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.434	56.985
Total	<u>5.434</u>	<u>56.985</u>

11 Imobilizado

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	2.199.646	237	-	-	-	2.199.883	237	(271.844)	1.928.039	1.992.152	-	-	-
Terrenos	594	-	-	-	-	594	-	-	594	594	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	174	-	-	-	-	174	-	(13)	161	167	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.198.878	237	-	-	-	2.199.115	237	(271.831)	1.927.284	1.991.391	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	24.137	2.404	(1.591)	-	-	24.950	813	(7.368)	17.582	18.184	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	891	619	-	-	-	1.510	619	(78)	1.432	884	-	-	-
Máquinas e equipamentos	16.986	1.173	-	605	-	18.764	1.778	(5.227)	13.537	13.227	-	-	-
Veículos	4.870	-	(1.591)	-	-	3.279	(1.591)	(1.738)	1.541	2.913	-	-	-
Móveis e utensílios	1.390	7	-	-	-	1.397	7	(325)	1.072	1.160	-	-	-
Subtotal	2.223.783	2.036	(1.591)	605	-	2.224.833	1.050	(279.212)	1.945.621	2.010.336	-	-	-
Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	14.178	127	-	-	-	14.305	127	-	14.305	14.178	-	-	-
Máquinas e equipamentos	(11)	-	-	11	-	-	11	-	-	(11)	-	-	-
Outros	14.189	127	-	(11)	-	14.305	116	-	14.305	14.189	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	14.178	127	-	-	-	14.305	127	-	14.305	14.178	-	-	-
Total do ativo imobilizado	2.237.961	2.163	(1.591)	605	-	2.239.138	1.177	(279.212)	1.959.926	2.024.514	-	-	-

Argo Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	2.199.646	-	-	-	-	2.199.646	-	(207.494)	1.992.152	-	-	-	-
Terrenos	594	-	-	-	-	594	-	-	594	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	174	-	-	-	-	174	-	(7)	167	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.198.878	-	-	-	-	2.198.878	-	(207.487)	1.991.391	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	21.604	1.369	-	1.164	-	24.137	2.533	(5.953)	18.184	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	128	763	-	-	-	891	763	(7)	884	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	15.548	274	-	1.164	-	16.986	1.438	(3.759)	13.227	-	-	-	-
Veículos	4.870	-	-	-	-	4.870	-	(1.957)	2.913	-	-	-	-
Móveis e utensílios	1.058	332	-	-	-	1.390	332	(230)	1.160	-	-	-	-
Subtotal	2.221.250	1.369	-	1.164	-	2.223.783	2.533	(213.447)	2.010.336	-	-	-	-
Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	15.949	496	(1.103)	(1.164)	-	14.178	(1.771)	-	14.178	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	564	-	-	(575)	-	(11)	(575)	-	(11)	-	-	-	-
Outros	15.385	496	(1.103)	(589)	-	14.189	(1.196)	-	14.189	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	15.949	496	(1.103)	(1.164)	-	14.178	(1.771)	-	14.178	-	-	-	-
Total do ativo imobilizado	2.237.199	1.865	(1.103)	-	-	2.237.961	762	(213.447)	2.024.514	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado	Material/ Equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	619	127	746
Máquinas e equipamentos	1.410	-	2.015
Móveis e utensílios	7	-	7
Total das Adições	2.036	127	2.163

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/15, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%
Barramento	2,55%
Transformador	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecaria sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12 Intangível

A movimentação do ativo intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão	14.650	51	-	-	2	14.703	53	(43)	14.660	14.630
Servidões	14.572	-	-	-	2	14.574	2	-	14.574	14.572
Softwares	78	51	-	-	-	129	51	(43)	86	58
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	1.750	2.405	-	-	-	4.155	2.405	(1.318)	2.837	931
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	1.750	2.405	-	-	-	4.155	2.405	(1.318)	2.837	931
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	16.400	2.456	-	-	2	18.858	2.458	(1.361)	17.497	15.561

Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão	3.061	1.521	-	(2)	-	4.580	1.519	-	4.580	6.099
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3.061	1.521	-	(2)	-	4.580	1.519	-	4.580	6.099
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	3.061	1.521	-	(2)	-	4.580	1.519	-	9.160	12.198
Total do ativo Intangível	19.461	3.977	-	-	-	23.438	3.977	(1.361)	22.077	18.622

Argo Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão	14.610	40	-	-	-	14.650	40	(20)	14.630	14.606
Servidões	14.572	-	-	-	-	14.572	-	-	14.572	14.572
Softwares	38	40	-	-	-	78	40	(20)	58	34
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	1.525	225	-	-	-	1.750	225	(819)	931	1.027
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	1.525	225	-	-	-	1.750	225	(819)	931	1.027
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	16.135	265	-	-	-	16.400	265	(839)	15.561	15.633
Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão	3.458	239	-	(636)	-	3.061	(397)	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3.458	239	-	(636)	-	3.061	(397)	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	3.458	239	-	(636)	-	3.061	(397)	-	-	-
Total do ativo Intangível	19.593	504	-	(636)	-	19.461	(132)	(839)	18.622	19.091

13 Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	2.434	7.062
Total	<u>2.434</u>	<u>7.062</u>

14 Encargos Sociais e Trabalhistas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários	913	-
Provisão de bônus	11.654	9.332
Provisão de férias	4.298	2.397
Encargos trabalhistas	2.984	3.033
Total	<u>19.849</u>	<u>14.762</u>

15 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pis e COFINS	11.101	9.865
ICMS	1	-
ISS de terceiros	21	79
Outros tributos	150	-
Total	<u>11.272</u>	<u>9.944</u>

16 Obrigações regulatórias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para P&D	7.339	5.470
Encargos regulatórios a recolher	1.011	2.004
Total	<u>8.350</u>	<u>7.474</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

17 Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Juros - curto prazo	Principal - curto prazo	Principal + juros - longo prazo	Total
6.387	83.182	1.625.279	1.714.848

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Saldo final 31/12/2021	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Saldo final 31/12/2022	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Custo de transação	Saldo final 31/12/2023
1.829.309	185.984	(239.658)	1.775.635	175.312	(85.895)	(163.377)	13.173	1.714.848
1.829.309	185.984	(239.658)	1.775.635	175.312	(85.895)	(163.377)	13.173	1.714.848

Em 9 de abril de 2018, a Argo I firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$ 1.543.357, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Sobre o contrato de financiamento incide juros de 2,70% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de dezembro de 2021, e sua liquidação está prevista em 15 de novembro de 2035. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Instituição financeira	Data da captação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread (a.a.)	Data próximo pgto juros	Frequência pgto juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
BNDES	28/05/2018	Fiança	TJLP	2,70%	15/04/2024	Mensal	15/04/2024	15/11/2035	Mensal	Price

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	21.502
2026	91.202
2027	100.056
2028 em diante	<u>1.412.519</u>
Total	<u>1.625.279</u>

Garantias

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo I;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de fevereiro de 2023 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

18 Debêntures

A composição das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Juros - curto prazo	Principal - curto prazo	Principal + juros - longo prazo	Total
11.534	57.244	497.446	566.224

A movimentação das debêntures da Companhia é como segue:

Saldo final 31/12/2021	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Custo de transação	Saldo final 31/12/2022	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Custo de transação	Saldo final 31/12/2023
606.995	78.287	(43.455)	(47.051)	247	595.023	68.896	(56.356)	(41.636)	297	566.224
606.995	78.287	(43.455)	(47.051)	247	595.023	68.896	(56.356)	(41.636)	297	566.224

Em 24 de agosto de 2018, a Argo I realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 454.500, com vencimento em dezembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 7,0176% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 13/2015-ANEEL. A Companhia considera que os juros pagos pela emissão de debêntures são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Instituição financeira	Data da captação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread (a.a.)	Data próximo pgto juros	Frequência pgto juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
Debêntures - 1ª emissão	01/09/2018	Fiança	CDI	7,02%	15/04/2024	Mensal	15/04/2024	15/12/1931	Mensal	Price

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	34.409
2026	55.928
2027	57.744
2028 em diante	<u>349.365</u>
Total	<u><u>497.446</u></u>

Garantias

Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.

Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como *compliance* com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

18.1 Dívida líquida

	<u>Nota</u>	<u>Juros de curto prazo</u>	<u>Principal de curto prazo</u>	<u>Custo transação a amortizar CP</u>	<u>Principal e juros de LP</u>	<u>Custo transação a amortizar LP</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Dívida bruta								
Empréstimos e Financiamentos	13	6.387	93.752	(10.570)	1.740.681	(115.402)	1.714.848	1.775.635
Debêntures		11.534	57.609	(365)	499.997	(2.552)	566.223	595.023
Ativos Financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	5	-	21.212	-	-	-	21.212	21.468
Fundo vinculado - caixa restrito	6.1	-	-	-	124.658	-	124.658	111.442
Títulos e valores mobiliários	6.2	-	195.661	-	-	-	195.661	-
Dívida Líquida		<u>17.921</u>	<u>(65.512)</u>	<u>(10.935)</u>	<u>2.116.020</u>	<u>(117.954)</u>	<u>1.939.540</u>	<u>2.237.748</u>

19 Partes relacionadas

O saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 6 representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Vigência	31/12/2023		31/12/2022		
		Ativo	Passivo	Ativo	Resultado	Resultado
Argo II	31/07/2024	162	-	105	1.563	1.896
Argo III	31/07/2024	283	-	191	2.767	3.383
Argo IV	31/07/2024	202	2	139	2.024	1.046
Argo V	31/07/2024	612	-	405	2.321	612
Argo VI	31/07/2024	357	1	364	1.937	357
Argo VII (José Maria Macedo Transmissora)	31/07/2024	1.108	-	1.046	4.983	1.108
Argo VIII (Giovanni Sanguinetti)	31/07/2024	493	3	620	3.186	493
Argo IX	31/07/2024	650	-	701	3.736	650
Total		3.867	6	3.571	22.517	9.545

19.1 Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissora de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	8.303	7.161

20 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito é de R\$ 500.000 tendo sido integralizados 499.811.000 ações ordinárias, todas nominativas, em escrituras e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	499.811.000	100%	499.811.000	100%

20.1 Reservas de lucros

20.1.1 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

20.1.2 Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0090/2020 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 11 de novembro de 2020 foi garantido à Argo Transmissão de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029.

20.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido societário do exercício	351.649	368.013
Reserva legal - (5%)	-	(18.401)
Reserva de Incentivo Fiscal	(50.232)	38.426
Lucro líquido ajustado	301.417	388.038
Reserva de Lucros a realizar	226.063	236.873
Dividendos mínimos obrigatórios – (1%)	3.014	3.158
Dividendos adicionais propostos	72.340	148.007

21 Provisões para riscos

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023, na opinião de seus assessores jurídicos externos, os processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, perfazem o montante de R\$ 542 (sem montante em 31 de dezembro de 2022).

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 9.968 (R\$ 7.242 em 31 de dezembro de 2022).

22 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Uso de rede elétrica de transmissão faturado	627.608	573.787
Receita Despacho 1844/17	18.387	29.327
Receita bruta	<u>645.995</u>	<u>603.114</u>
(-) Abatimentos		
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(61.597)	(55.744)
(-) Encargos regulatórios	(6.474)	(7.465)
Receita líquida	<u>577.924</u>	<u>539.905</u>

23 Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo gerenciáveis - Parcela "B"		
Pessoal e administradores	(32.549)	(38.144)
Materiais	(1.012)	(878)
Serviços de terceiros	(17.481)	(14.739)
Arrendamentos e aluguéis	(776)	(783)
Depreciação e Amortização	(67.273)	(66.800)
Seguros	(551)	-
Tributos	(192)	(152)
Provisão para contingência	(542)	-
Outros gastos operacionais	(1.458)	(1.282)
Total	<u>(121.834)</u>	<u>(122.778)</u>

24 Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	34.922	43.922
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(1.626)	(1.486)
Outras receitas financeiras	2.794	7.497
Total	<u>36.090</u>	<u>49.933</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(112)	(126)
Juros e variação monetária	(244.208)	(260.918)
Outras despesas financeiras	(12.900)	(8.574)
Total	<u>(257.221)</u>	<u>(269.618)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(221.131)</u>	<u>(219.685)</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

25.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	235.410	197.899
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(80.039)	(67.286)
Benefício fiscal (*)	50.232	38.427
Adições e exclusões permanentes	9.672	28.119
Outros	20	1.480
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(7.954)	1.979
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(12.161)	(1.239)
Alíquota efetiva	9%	0%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Para fins regulatórios todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IRPJ e CSLL diferidos.

25.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Ativo (a)</u>	<u>Passivo (b)</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	65.484	-	65.484
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal	1.983	-	1.983
Compensação do prejuízo fiscal	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	67.467	-	67.467
Compensação do prejuízo fiscal/base negativa	(7.526)	-	(7.526)
Ajuste de diferido com base em exercícios anteriores	(436)	-	(436)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	59.505	-	59.505

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	7.1	2	195.661	221.705	195.661	221.705
Fundos vinculados – caixa restrito	7.2	2	124.658	111.442	124.658	111.442
Total			320.319	333.147	320.319	333.147
Empréstimos e recebíveis:						
Caixa e equivalentes de caixa	6	2	21.212	21.468	21.212	21.468
Concessionárias e permissionárias	8	2	71.602	58.272	71.602	58.272
Contas a receber - partes relacionadas	19	2	3.867	3.571	3.867	3.571
Outros ativos		2	13.807	5.598	13.807	5.598
Total Ativo			110.488	88.909	110.488	88.909
Passivos financeiros:						
Outros passivos financeiros:						
Fornecedores	13	2	2.434	7.062	2.434	7.062
Contas a pagar - partes relacionadas	19	2	6	-	6	-
Empréstimos e Financiamentos	17	2	1.714.848	1.775.635	1.714.848	1.775.635
Debêntures	18	2	569.139	598.236	566.224	595.023
Outros passivos			26.562	446	26.562	446
Total Passivo			2.312.989	2.381.379	2.310.074	2.378.166

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

26.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2023.

26.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

26.2.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de concessionárias e permissionárias é de R\$ 71.602 (R\$ 58.272 em 31 de dezembro de 2022).

26.2.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

26.2.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

26.2.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	2.434	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	89.569	21.502	91.202	1.512.575
Debêntures	68.778	34.409	55.928	407.109
Contas a pagar - partes relacionadas	6	-	-	-
Total	160.787	55.911	147.130	1.919.684

26.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no website da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	21.212	2.471	1.853	1.236
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	195.661	22.795	17.096	11.397
Fundos restritos	Redução do CDI	124.658	14.523	10.892	7.261
Instrumentos financeiros ativos		341.531	39.788	29.841	19.894
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	1.714.848	112.323	84.242	56.161
Debêntures	Aumento do IPCA	566.224	22.083	16.562	11.041
Instrumentos financeiros passivos		2.281.072	134.405	100.804	67.203

27 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Valor segurado</u>	<u>Vigência</u>
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024
Seguros - Equipamentos	Essor	1.783	02/08/2024
Seguros – Frotas	Sompo	FIPE	31/05/2024

28 Conciliação das demonstrações contábeis societárias e demonstrações contábeis regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

28.1 Balanço Patrimonial Societário e Regulatório

ATIVO	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.212	-	21.212	21.468	-	21.468
Títulos e valores mobiliários	7.1	195.661	-	195.661	221.705	-	221.705
Concessionárias e permissionárias	8	71.602	-	71.602	58.272	-	58.272
Contas a receber - Partes relacionadas	19	3.867	-	3.867	3.571	-	3.571
Despesas pagas antecipadamente	9	380	-	380	3.956	-	3.956
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	5.434	-	5.434	56.985	-	56.985
Outros tributos a compensar		374	-	374	327	-	327
Outros ativos		13.807	-	13.807	5.106	500	5.606
Ativo da concessão	28.3	670.537	(670.537)	-	642.191	(642.191)	-
Total do ativo circulante		982.874	(670.537)	312.337	1.013.581	(641.691)	371.890
NÃO CIRCULANTE							
Ativo da concessão	28.3	4.718.447	(4.718.447)	-	4.567.695	(4.567.695)	-
Fundos Vinculados - Caixa restrito	7.2	124.658	-	124.658	111.442	-	111.442
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	59.513	59.505	-	67.467	67.467
Outros ativos		14	-	14	-	-	-
Imobilizado	11	17.599	1.942.327	1.959.926	18.184	2.006.330	2.024.514
Intangível	12	2.837	19.240	22.077	990	17.632	18.622
Total do ativo não circulante		4.863.555	(2.697.367)	2.166.180	4.698.311	(2.476.266)	2.222.045
TOTAL DO ATIVO		5.846.429	(3.367.904)	2.478.517	5.711.892	(3.117.957)	2.593.935

Argo Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE							
Fornecedores	13	2.434	-	2.434	7.062	-	7.062
Encargos sociais e trabalhistas	14	19.849	-	19.849	14.762	-	14.762
Empréstimos e Financiamentos	17	89.569	-	89.569	95.615	-	95.615
Debêntures	18	68.778	-	68.778	52.828	-	52.828
Obrigações tributárias	15	11.272	-	11.272	9.944	-	9.944
Obrigações regulatórias	16	8.350	-	8.350	7.474	-	7.474
PIS e COFINS diferidos	28.3	62.025	(62.025)	-	59.403	(59.403)	-
Dividendos a pagar		95.295	-	95.295	26.877	-	26.877
Contas a pagar - partes relacionadas	19	6	-	6	-	-	-
Provisões		85	-	85	6.315	-	6.315
Outros passivos		26.562	-	26.562	446	-	446
Total do passivo circulante		384.225	(62.025)	322.200	280.726	(59.403)	221.323
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e Financiamentos	17	1.625.279	-	1.625.279	1.680.020	-	1.680.020
Debêntures	18	497.446	-	497.446	542.195	-	542.195
Contingências passivas		542	-	542	-	-	-
Provisões		9.530	-	9.530	10.000	-	10.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.3	1.005.643	(1.005.643)	-	908.610	(908.610)	-
PIS e COFINS diferidos	28.3	436.456	(436.456)	-	422.512	(422.512)	-
Total do passivo não circulante		3.574.896	(1.442.099)	2.132.797	3.563.337	(1.331.122)	2.232.215
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	20	499.811	-	499.811	499.811	-	499.811
Reservas de lucros		1.282.498	-	1.282.498	1.335.359	-	1.335.359
Prejuízos acumulados		-	(1.863.780)	(1.863.788)	-	(1.727.432)	(1.727.432)
Dividendos adicionais propostos		104.999	-	104.999	32.659	-	32.659
Total do patrimônio líquido		1.887.308	(1.863.780)	23.520	1.867.829	(1.727.432)	140.397
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.846.429	(3.367.904)	2.478.517	5.711.892	(3.117.957)	2.593.935

28.2 Demonstração do Resultado Societário e Regulatório

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Operações em continuidade							
Receitas							
Disponibilização do sistema de transmissão	22	-	645.995	645.995	-	603.114	603.114
Receita de Construção		1.553	(1.553)	-	-	-	-
Receita de remuneração do ativo de contrato		729.309	(729.309)	-	745.864	(745.864)	-
Receita de operação e manutenção		100.987	(100.987)	-	93.839	(93.839)	-
Ganho de eficiência		-	-	-	-	-	-
Outras Receitas		(6.754)	6.754	-	-	-	-
Tributos							
(-) PIS/COFINS Diferidos		(16.567)	16.567	-	(22.250)	22.250	-
(-) PIS/COFINS sobre faturamento	22	(61.597)	-	(61.597)	(55.744)	-	(55.744)
Encargos – Parcela “A”							
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D.	22	(2.328)	-	(2.328)	(2.137)	-	(2.137)
F.N.D.C.T.	22	(2.296)	-	(2.296)	(2.152)	-	(2.152)
M.M.E..	22	(1.148)	-	(1.148)	(1.076)	-	(1.076)
TFSEE.	22	(702)	-	(702)	(2.100)	-	(2.100)
Outras deduções		-	-	-	(1.996)	1.996	-
RECEITA LÍQUIDA		740.457	(162.533)	577.924	752.248	(212.343)	539.905

Argo Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Resultado antes dos custos gerenciáveis		740.457	(162.533)	577.924	752.248	(212.343)	539.905
Custos gerenciáveis – Parcela “B”							
Custo de construção	23	(1.278)	1.278	-	-	-	-
Serviços de terceiros	23	(17.481)	-	(17.481)	(14.739)	-	(14.739)
Materiais	23	(1.012)	-	(1.012)	(878)	-	(878)
Seguros	23	(551)	-	(551)	-	-	-
Arrendamento e aluguéis	23	(776)	-	(776)	(783)	-	(783)
Pessoal	23	(32.549)	-	(32.549)	(38.144)	-	(38.144)
Tributos	23	(192)	-	(192)	(152)	-	(152)
Provisão para contingência	23	(542)	-	(542)	-	-	-
Depreciação e Amortização	23	(1.956)	(65.317)	(67.273)	(2.327)	(64.473)	(66.800)
Outros gastos operacionais	23	(1.572)	114	(1.458)	(1.149)	(133)	(1.282)
Outras receitas operacionais	23	-	451	451	-	457	457
Outras despesas operacionais		(574)	574	-	-	-	-
RESULTADO DA ATIVIDADE		681.974	(225.433)	456.541	694.076	(276.492)	417.584
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	24	36.090	-	36.090	49.933	-	49.933
Despesas financeiras	24	(257.221)	-	(257.221)	(269.618)	-	(269.618)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		460.843	(225.433)	235.410	474.391	(276.492)	197.899
Despesas com impostos sobre os lucros							
Imposto de renda e Contribuição Social corrente	25	(12.161)	-	(12.161)	(1.239)	-	(1.239)
Imposto de renda e Contribuição Social diferido	25	(97.033)	89.079	(7.954)	(105.596)	107.575	1.979
Resultado líquido das operações em continuidade		351.649	(136.354)	215.295	367.556	(168.917)	198.639

28.3 A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a Contabilidade Societária e Regulatória:

28.3.1 Ativo da concessão, imobilizado e intangível

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, do ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, mas que para fins de Contabilidade Regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou no registro de um ativo contratual (Ativos da Concessão) enquanto, para fins regulatórios, tais montantes são registrados como Ativo Imobilizado e Intangível.

No âmbito societário:

Ativos da concessão: Inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No âmbito regulatório:

Imobilizado e intangível: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão, adquiridos de terceiros ou gerados internamente, são classificados como Imobilizado e Intangível de acordo com sua natureza e com os critérios estabelecidos no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

28.3.2 Imposto diferido

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.1, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL e PIS/COFINS diferidos.

28.3.3 Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2023	2022
Patrimônio líquido societário	1.887.308	1.867.829
Ativo de Contrato (CPC 47)	(5.388.984)	(5.209.886)
Imobilizado e intangível (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	1.961.567	2.024.462
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	1.065.148	976.077
Tributos diferidos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	498.481	481.915
Patrimônio líquido regulatório	23.520	140.397

28.3.4 Receita de Construção

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário é reconhecida uma receita de construção como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

28.3.5 Receita de Remuneração do Ativo de Concessão

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, refere-se à remuneração dos Ativos da concessão existentes na contabilidade societária no âmbito da adoção da ICPC 01 (R1)

28.3.6 Receita de Operação e Manutenção

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário refere-se a receita de O&M calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

28.3.7 Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção, registrados no resultado no grupo de “Custos operacionais”.

28.3.8 Depreciação e amortização

Conforme detalhado na nota de ajuste 28.2, no âmbito societário, devido a adoção do ICPC 01, o reconhecimento dos ativos vinculados à concessão está registrado na rubrica de "Ativos da concessão", mensurados como ativos contratuais. No âmbito regulatório, os ativos vinculados à concessão são registrados como Imobilizado e Intangível resultando, consequentemente, em despesas com depreciação/amortização.

28.3.9 Lucro (Prejuízo) do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido societário	351.649	367.556
Receita bruta (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	(179.100)	(236.589)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	16.567	24.246
Custo de construção (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	1.278	-
Custos operacionais (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	1.139	324
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	89.079	107.575
Depreciação regulatória	(65.317)	(64.473)
Lucro líquido regulatório	215.295	198.639

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O